



I Representação Parlamentar I



Declaração Política | Janeiro 2016

Deputada Zuraida Soares

O Governo Regional apresentou, em finais de Novembro último, aquilo a que designou por “Azores Business Center”.

Nas palavras do Senhor-Vice Presidente, em Angra do Heroísmo, pretende o governo implantar - na área que envolve o porto e o aeroporto -, no concelho da Praia da Vitória, um espaço onde são implementadas condições especiais - ao nível institucional, logístico, operacional e, sobretudo, fiscal -, no sentido de potenciar a fixação de empresas internacionais, na Ilha Terceira.

Disse, ainda, o Senhor Vice-Presidente que o processo já está concluído e pronto a ser remetido ao Governo da República, para posterior submissão e aprovação pela Comissão Europeia.

Aparentemente, este anúncio indicia que o Governo Regional, quer aproveitar a situação difícil que se vive na Ilha Terceira e, em particular no concelho da Praia da Vitória, para fazer parceria com a ilegalidade internacional – a qual promove a fuga fiscal e a lavagem do dinheiro que rouba aos/às trabalhadores/as de todo o mundo, para a luxúria de uns poucos – implantando, na Terceira, um off-shore.

Esta ideia é ainda mais reforçada, pela afirmação de que esta zona deverá contemplar um registo internacional de navios e outro de aviões - aviões esses que podem muito bem ter, como proprietários, os barões da droga e de tráfico de armas.

A consumir-se este desígnio, com esta faceta, na nossa Região, será uma vergonha para o Partido Socialista e para seu governo, pondo a nu o tipo de interesses que privilegia.

Todos/as sabemos o que são off-shores. São zonas de protecção especial para que empresas e dinheiros dos diversos tráficos estejam a salvo de sindicância e de impostos, os mesmos que deveriam, obrigatoriamente, pagar nos seus países de origem.

O Governo Regional pretende concorrer para que, por exemplo, a EDP venha instalar uma caixa postal, no off-shore da Terceira, onde não emprega ninguém, mas passando a ter a sua sede social nesta ilha, deixa de pagar os impostos devidos ao país - e que tão necessários são para a Educação, Saúde e demais serviços públicos, nomeadamente, para as transferências do Orçamento de Estado para a Região.

O Governo de Vasco Cordeiro e de Sérgio Ávila pretende fazer concorrência, nos Açores, ao off-shore da Madeira, o mesmo que tanto criticaram, ao longo destes últimos anos.

O off-shore da Madeira foi um desastre para o povo madeirense, mas não o foi para o grupo Pestana. Por via da incidência virtual do PIB da região, na casa dos 22%, a Madeira perdeu mais de mil milhões de euros de apoios europeus. A maioria das empresas inscritas, no off-shore, não tem empregados e, para cúmulo, durante vários anos, os maiores utilizadores deste



I Representação Parlamentar I

chamado 'benefício' eram empresas que estavam nas mãos de magnatas russos que, do nada, se transformaram em poderosos financeiros mundiais. O novo alento que o governo PSD/CDS quis dar a este off-shore deixou, pelos vistos, o Partido Socialista/Açores invejoso.

Por tudo isto, deve o Governo Regional – aqui e agora - sérias explicações, tanto a esta Casa, quanto e aos/às Açorianos/as.

Desde logo, perguntamos: - porque é que um assunto desta magnitude e melindre é escondido, nos seus detalhes, deste Parlamento?

Como é que um documento desta importância e, repito, melindre, que já está pronto, não foi debatido, atempadamente, na Casa da Democracia? E por que não é, desde já, disponibilizado a todas as bancadas parlamentares?

Para o Bloco de Esquerda, tanto secretismo sobre os seus conteúdos demonstra a má consciência do Governo Regional, nesta matéria.

Desde a primeira hora, quando a decisão do adormecimento da Base das Lajes era, apenas, uma hipótese, o Bloco de Esquerda sempre defendeu a assunção de todas as responsabilidades, seja pela Administração Norte-Americana, seja pelo Governo da República. Defendemos, também, a majoração dos apoios sociais, bem como o reforço do investimento regional e nacional, na ilha Terceira, como condições atractivas, a vários níveis, para a implantação de novas empresas, na ilha.

Na altura, através de uma proposta de aditamento à 1ª. alteração do Orçamento para 2015, pretendíamos impedir a deslocalização da sede social de outras empresas da Região, sem, contudo, deixar de atribuir condições excepcionais a empresas que se instalem, com vista à produção de bens transacionáveis ou serviços, que garantissem postos de trabalho, contribuíssem para evitar importações e promover a exportação de bens e serviços.

Não pactuaremos – nem, aqui, nos Açores, nem na República -, com aquilo que se configura como a implantação de um off-shore, na ilha Terceira.

É, aliás, curioso que o Senhor Vice-Presidente do Governo Regional, aquando do anúncio do fecho do off-shore da ilha de Santa Maria (em 2011) tenha declarado o seguinte: "Não faz sentido ter uma zona franca" porque "do ponto de vista financeiro, as zonas francas não trazem benefícios para as regiões onde se inserem, trazendo em contrapartida, uma potencial falta de transparência".

Seria, portanto, sobejamente interessante que o Senhor Vice-Presidente explicasse a este Parlamento, não só as perguntas e dúvidas que lhe coloquei, ao longo desta Declaração Política, mas que também fizesse o favor de nos explicar, por que razão mudou de opinião, ou que interesses o fizeram mudar de ideias?

Horta, 12 de Janeiro de 2016